



CÂMARA MUNICIPAL
PAREDES

97

CÂMARA MUNICIPAL DE PAREDES

QUADRIÊNIO 2021/2025

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL N.º 13/22

2022/10/10

97

Kary

QUADRIÊNIO 2021/2025

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PAREDES, REALIZADA NO DIA 10 DE OUTUBRO DE 2022

Aos dez dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e dois, no Edifício dos Paços do Concelho, reuniu o Executivo Municipal, sob a presidência do Excelentíssimo Senhor JOSÉ ALEXANDRE DA SILVA ALMEIDA, Presidente da mesma Câmara Municipal, com a presença dos Vereadores Senhores:

ELIAS ACÁCIO DA SILVA BARROS, FRANCISCO MANUEL MOREIRA LEAL, BEATRIZ SOFIA GOMES MEIRELES DUARTE GEADA, PAULO JORGE MOREIRA DA SILVA, TÂNIA PATRICIA MOREIRA BENTO RIBEIRO, RENATO CARDOSO DE ALMEIDA, LUIS RICARDO MOREIRA DE SOUSA, MANUEL DE ALMEIDA VIEIRA

A reunião foi secretariada por Verónica de Brito Castro, Licenciada e Chefe da Divisão Administrativa da Câmara Municipal.

Sendo dez horas e vinte, verificando-se haver “quórum” para funcionamento do Executivo, pelo Senhor Presidente foi declarada aberta a reunião.

1 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Nos termos do disposto no artigo oitavo do Regimento desta Câmara Municipal, foi, pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, declarado aberto o Período de Antes da Ordem do Dia, verificando-se as intervenções do Senhor vereador Ricardo Sousa e do Senhor Presidente da Câmara Municipal.


Foi dada a palavra ao Senhor vereador Ricardo Sousa que afirmou: “Senhor Presidente, tenho aqui algumas perguntas e algumas recomendações e agradecia que, se fosse possível, como sempre solicito, que fosse claro nas respostas para melhor entendimento de todos nós e de todos os paredenses que possam estar interessados nos respetivos assuntos. Há um assunto que temos falado desde a primeira reunião, em quase todas as reuniões falámos e vamos voltar a perguntar sobre o que se está a passar na ETAR de Arreigada. Não é por passar nos meios de comunicação nacional que estamos preocupados com o assunto, aliás, demonstrámo-lo desde a 1ª reunião e já no passado e tivemos várias explicações inclusive cheguei a ouvir no local da boca do Senhor Vice-Presidente da Câmara de Paços de Ferreira que é uma questão de dinâmica, que se estavam a aperfeiçoar os processos e que o problema seria resolvido. São demasiados anos inclusive sob a sua tutela em 2017 para resolver o problema, são 5 anos e eu acho, apesar de não ser técnico, que só tem vindo a piorar e aquilo de que me apercebo é que há constantes descargas diretas para o rio porque, por aquilo que nos apercebemos a ETAR não tem capacidade. O Senhor Presidente nas respostas que foi dando não foi claro nessa interpretação desde o início e foi dando respostas umas de uma maneira e outras de outra, basta consultar as atas, se calhar também em função da informação que lhe chegava, mas o que é um facto é que há ali um problema grave para resolver e que não resolvemos. Eu queria que nos fizesse um ponto da situação e qual é a data que se prevê para deixar de haver descargas diretas para o rio e também quero perguntar sobre a oxigenação da água do rio para melhor a sua qualidade, julgo que a fonte da notícia é o Município. Qual o efeito ou consequência disso nas condições em que o rio se encontra hoje, se vai melhorar alguma coisa ou se é pura maquilhagem para tentarmos disfarçar o


97

Kary

problema latente que lá está? Nessa nota, disse que o Município estava a assumir as despesas com a oxigenação da água do rio e eu pergunto se no passado e recentemente não houve uma verba vinda do Ministério para o Município para fazer a limpeza e despoluição do rio quando houvesse condições para isso? Presumo que essa verba era para isso, já está há algum tempo no Município e presumo que quando o problema estiver resolvido essa verba seja para isso. A informação que temos da Assembleia da República é que o dinheiro veio para o Município, mas foi alguém que discutiu o assunto na Assembleia da República e que requereu junto do Ministério do Ambiente que assim fosse e bem, o dinheiro veio para o Município, mas foram outros a tratar. Queria perguntar se efetivamente essa verba está disponível porque essa é uma obrigação do Município e se efetivamente essa verba veio ou não? Outro assunto que pode achar que é de menor importância, mas para nós é muito importante, prende-se com a liberdade das pessoas. Acerca do Facebook, na última resposta que me deu, o Senhor Presidente disse que atendendo ao contexto, as pessoas que proferiram comentários com má educação poderiam voltar a aderir e a usufruir desse espaço que é do Município e é público. Há aqui uma questão que é latente, nós estamos a partir de um princípio que as pessoas foram mal-educadas ou que fizeram comentários que não foram abonatórios, quais foram esses comentários? O que eu lhe pedia é que nos facultasse uma lista de quem foi barrado do Facebook do Município e quais foram os comentários adjacentes feitos por essas pessoas para serem barradas e quem se responsabilizou por isso? Uma das pessoas é líder de bancada do PSD na Assembleia Municipal, não o pauto por pessoa malformada, conheço o comentário e quero saber se efetivamente aquilo é reconhecido como um comentário que dê lugar ao barramento de utilização de um espaço que é de todos nós na área de debate sadio de ideias para construir um Município melhor? Segundo prevê o Governo, economistas e instituições internacionais, o momento que vamos viver infelizmente vai ser difícil para todos e entendemos que não devemos ser reativos e sim proativos e na última reunião o Senhor Vice-Presidente disse que estava a ser elaborado um plano. Pergunto se já temos um plano elaborado, com critérios para termos as ideias claras para quando os paredenses precisarem de ajuda os poderemos proteger? Também questioneei se o Município já concebeu um plano de poupança energética para o Concelho e se já está mesmo a ser implementado para pouparmos o que é devido a cada Município

e porventura, se pudermos, irmos mais além do que isso? Outra notícia que veio a público tem a ver com os balcões SNS24 em 14 freguesias que vai permitir a todos os cidadãos que tenham dificuldades em trabalhar com equipamentos informáticos, ter acesso a alguns meios disponibilizados pelos sites do SNS, é um acréscimo que é sempre bem-vindo. Pergunto se, tendo estado cá o Presidente da ARS e outras entidades os questionou se há disponibilidade ou não para termos serviço de atendimento permanente, designados SAP, quer na parte sul, quer na parte norte do Concelho, facto importante para desobstruir a urgência do Hospital Padre Américo onde infelizmente se passam lá muitas horas? Pergunto também para quando a disponibilidade para que efetivamente se resolva o problema daqueles utentes que não têm médico de família e que infelizmente é um problema gravíssimo? Percebemos que houve 4 freguesias que ficaram de fora Gandra, Vandoma, Astromil e Louredo e gostávamos de saber quais foram os critérios que levaram a que estas freguesias ficassem de fora, se foram elas que não aceitaram, se não tinham condições ou se foi por opção do Município. Não quero acreditar que fosse indisponibilidade do Município, ao colocarem 14 podiam colocar 18, mas é importante saber porque às vezes, inclusive na Assembleia Municipal, é fácil todos falarmos, mas depois resolver os problemas da população torna-se mais complicado. Percebemos claramente que destas 4 freguesias, uma que tem um atendimento ao público constante e até tem um espaço de cidadão a funcionar, por isso achámos estranho não estar incluída neste pacote, a cidade de Gandra. Há dias ouvimos alguns pais a queixarem-se de algumas refeições em alguns espaços escolares do nosso Concelho. Antes de aprofundar o assunto em futuras reuniões, queria perguntar se tem conhecimento do que se está passar e se tem conhecimento de queixas de alguns pais junto do Município devido a problemas com as refeições escolares dos nossos alunos? Há 2 reuniões atrás questionei quanto aos gabinetes para os vereadores da oposição e quanto aos lugares de estacionamento para os dias das reuniões porque é legítimo e faz sentido termos direitos tal qual qualquer um dos outros eleitos estando ao serviço do Município. Quero perguntar se tem novidades sobre a exploração das minas na Sobreira, se já tem o estudo se não tem, se há ou não desenvolvimentos neste processo porque é importante e pertinente para todos e particularmente para aqueles? Senhor Presidente, nós temos aqui uma série de dúvidas em relação a alguns pagamentos e gostávamos de saber quais são os processos que estão a





ser tratados pela empresa Ricardo Bexiga, Oliveira e Silva & Associados Limitada porque já foram feitas várias transferências, eu nem vou comentar as posições passadas acerca de termos avenças com o escritório que envolvia Rui Gomes da Silva e o comportamento que cada um tinha perante isso. O que eu sei é que já foram feitas várias adjudicações a este escritório, houve agora um pagamento de 8.757.60 € e já está lançado na base GOV mais um pagamento ou uma adjudicação de 19.500 €. Depois já perguntei há duas reuniões atrás quanto é que gastamos por ano com os outdoors e se não se lembrar de todas, poderá responder na próxima reunião ou enviar-me a documentação, Altura Gentil Eventos, Unipessoal, Lda. 16.565,80 €. Penagráfica Artes Gráficas, Lda. de Penafiel, 848,70 €, não é o valor, mas que tipo de livros mandámos fazer. Perguntar-lhe também se isto é recorrente, para que é este alojamento, Paredes Design Hotel, PDH, Lda., 19.0846,13 em alojamentos, não define que tipo de alojamentos, são várias as vezes que vêm estes pagamentos à colação. Também as empreitadas de adaptação do Espaço do Cidadão na freguesia de Recarei que tem a ver com a obra em si com um pagamento de 10.596,83 e outro de 4.722,32. Queria que me esclarecesse se isto tem a ver com os pagamentos que foram feitos à Junta de Freguesia ou isto é paralelo ao contrato de delegação de competências que foi feito com a Junta de Freguesia para requalificar a escola. O que nós vemos aqui são mais uns pagamentos para além do contrato que estava salvaguardado e agradecia que me esclarecesse sobre isso. Ficámos a saber também que a partida da Volta a Portugal em Paredes custou 43.050 €, pergunto se o valor que está aqui para Podium Eventos, S.A. foi para isso. Temos também o aluguer de um palco por 6.088,50 €, o Município tem palcos e gostávamos de saber para onde foi este palco. Depois temos em merchandising, 2.656 € para Duplo Impacto e também gostávamos de saber que tipo de merchandising, penso que seria mais fácil se isto viesse devidamente identificado para nós percebermos. Depois tem há um pagamento de 8.783,43 à Irmarfer, também já houve vários, pergunto se é isto para sabermos durante o ano, há duas reuniões atrás perguntei quanto é que gastávamos em publicidade e marketing e não tive ainda resposta a isso. Há aqui um pagamento à Bitacar, para aquisição de 3 viaturas usadas. Pergunto se agora mudámos de política e compramos viaturas usadas e também quais são as viaturas usadas que adquirimos e qual foi o critério na avaliação dessas viaturas para chegarmos a este valor? Porque 19.700 €, os veículos podem ser um grande negócio para a Câmara e

_____ 97
_____ Kary

custarem muito mais ou podem no mercado custar muito menos e ser um mau negócio, não sabemos. O que sabemos é que quando se faz a avaliação dos carros há um critério e as seguradoras e a Eurotax facilmente chegam aos valores dos veículos em causa e neste caso não temos a perceção e gostávamos de saber quais são os veículos, foram comprados 3 e também se houve uma mudança de paradigma e que agora, em vez de comprarmos viaturas novas, passamos a adquirir viaturas usadas. Numa das atas que vêm para aprovação, o Senhor Presidente diz e estou a falar de cor, “...mas como o Senhor é mal-educado...”, eu queria perguntar-lhe se estava a titular-me como mal-educado, no contexto se foi quando eu o questionei acerca da intervenção aquando da homenagem aos Bombeiros ou se, por princípio, me titula como uma pessoa mal-educada como está na ata? Dizer-lhe que o que se está a passar e nós vamos averiguar e da próxima vez, solicitarei que identifiquem funcionários ou outras pessoas responsáveis que quando apresentem o Executivo estejam bem informadas porque o Executivo Municipal é composto por 9 elementos e não por 7. Ainda no sábado respondi a um email e acho que é de muito mau tom, não quero chegar ao ponto de dizer que foi propositado, mas receber um convite na sexta-feira para uma iniciativa no sábado de manhã quando o evento está lançado há muito tempo, acho isto muito estranho. Acho muito mau não convidar os vereadores que são eleitos e transmiti aqui, se entenderem que não o devem fazer entenderemos que já não será por esquecimento e passaremos a tomar as devidas providências que estejam ao nosso alcance para o fazer. Não é pela parcimónia de ir ao evento e depois algumas vezes vamos aos eventos quando somos convidados e somos tratados como se fossemos outros porque o Executivo, pelos vistos, para algumas pessoas que fazem a apresentação, são 7 e não 9 e isso é muito estranho. Também houve a entrega das Bolsas de Estudo em que um dos vereadores do PSD recebeu convite e o outro não recebeu, o que também não é de bom-tom. Senhor Presidente, se citar a Gala, penso que há uma funcionária que está no Pavilhão, na parte da vacinação, e os Polícias Municipais que me acompanharam ao último lugar da última fila, debaixo da câmara que estava lá de alguém que estava a filmar e é fácil comprovar que eu lá estive. Eu não conheço a senhora, pelos vistos é uma funcionária que é de Gaia a quem eu pedi para me acompanhar ao lugar e que me disse para me sentar naquele lugar porque as cadeiras estavam vazias. Eu sentei-me ao lado de alguém que estava titulado como responsável da

Câmara Municipal e foram os Polícias Municipais que alertaram aquela senhora que eu tinha chegado, inclusive tratou-me como Presidente de Junta e eu disse que teria todo o orgulho em ser Presidente de Junta, mas estava ali como vereador. Ela pediu-me desculpa e disse-me que não era de cá e que lhe tinham pedido para me dizer onde era o meu lugar para não estar de pé e sentei-me onde me disseram para me sentar porque não me ia sentar onde não estivesse devidamente autorizado a fazê-lo. Aliás estive de pé à espera e qualquer uma das pessoas que se aproximasse de mim dir-me-ia se entendesse, também estaria bem de pé, não havia problema nenhum já estive em muitos eventos muito mais horas de pé. Se tiver dúvidas de que estive na Gala, pergunte aos Polícias Municipais e também tive oportunidade de ouvir o seu discurso e depois o seu comentário a dizer que seria breve e que se fosse tão breve quanto o Senhor, se calhar a Gala demoraria muito mais. Também ouvi o Senhor Secretário de Estado do Desporto dizer que era importante envolver a classe feminina na prática do desporto no que eu concordo pois todos devem ter igualdade de oportunidades, mas também devem todas as partes ter vontade quando o querem praticar.

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal que disse o seguinte: “Relativamente ao ponto da situação da ETAR de Arreigada, na passada terça-feira houve uma reunião no local com os responsáveis da Câmara Municipal de Paços de Ferreira e apesar de sermos os principais prejudicados pelo facto da ETAR não estar a funcionar como deveria estar, aquilo não é uma obra que possamos ser nós a fazer, está em território de Paços de Ferreira. Depreendi das suas intervenções que já percebeu a questão, depois da entrada em funcionamento da ETAR, chegaram à conclusão na Câmara Municipal de Paços de Ferreira que os equipamentos não funcionam como era suposto funcionar. Inclusive houve más escolhas de tecnologia e isso foi admitido pela Câmara de Paços de Ferreira que instaurou um processo em Tribunal contra quem projetou e instalou aquela ETAR. Isso é uma coisa, mas o que interesse é resolver o problema e a forma de atuar de imediato foi fazerem lá intervenções para que algumas situações que não estavam a funcionar na nova ETAR, um investimento na ordem dos 150 mil euros que a Câmara Municipal de Paços de Ferreira está a executar e que vai no sentido de melhorar o tipo de tratamento que era feito. Não é verdade que haja descargas

sem qualquer tipo de tratamento, o que é certo é que o tratamento que está a ser feito fica aquém do ideal. Da nossa parte, nas reuniões que nós tivemos para resolver a questão, foi dito que em simultâneo com a realização destas obras de melhoramento da ETAR, nós deveríamos fazer alguma coisa para melhorar o estado geral do rio contando que, com essas obras, também melhorasse o tratamento que não vai ser aquele que inicialmente estava previsto e foi aquilo que fizemos. Comprometemo-nos a fazê-lo a expensas nossas porque entendemos que, apesar da responsabilidade não ser nossa, há alturas em que nós temos que intervir, não querendo com isto dizer que depois não assaquemos responsabilidades pelo que está a acontecer até porque há pessoas em Paços de Ferreira que estão a pagar saneamento. O saneamento não está a ser tratado convenientemente e quem está a ser prejudicado somos nós e alguém vai ter que ser indemnizado por isso. De qualquer forma o que nos interessa é a resolução do problema e da parte de Paços de Ferreira a situação é esta, fizeram aquelas obras para melhorar o funcionamento imediato da ETAR e nós estivemos a fazer o levantamento de lamas e a oxigenação do rio para melhorar o seu estado geral sobretudo naquele trecho que apanha o Parque de Lazer de Lordelo. Entretanto e em conjunto com Paços de Ferreira, temos uma audiência pedida com o Senhor Ministro do Ambiente porque vai ter que ser feito um novo investimento de raiz para definitivamente colocar uma ETAR a funcionar como deveria estar a funcionar. É este o ponto da situação da ETAR, não espere milagres porque aquilo só vai ficar a funcionar em pleno quando for realizado o novo investimento e até lá, foi melhorado agora o funcionamento, mas não é suficiente para tratar todas as águas residuais que vão parar à ETAR. Quanto à conduta, estiveram a ser analisadas as situações e chegou-se à conclusão que não era a melhor solução porque não resultava pelo que não vai ser colocada. Quanto à questão do Facebook, eu vou perguntar à Comunicação se temos registos daquilo que aqueles senhores publicaram para serem eliminados os seus comentários, penso que deve haver essa informação. De qualquer forma, eu já disse que quem quiser tem que aderir à página, essas pessoas podem aderir novamente e podem voltar a fazer os comentários que entenderem, sendo que, se voltarem a ser malcriados como o foram anteriormente serão novamente barrados. Quanto ao plano de apoio aos paredenses estamos a elaborá-lo e estamos a preparar o Orçamento para o próximo ano e como tal, estamos a estudar um aumento dos apoios

sociais que mesmo já este ano e sem prevermos um aumento no Orçamento, estamos a ter maior despesa com os apoios sociais e depois existem outras medidas de apoio a empresas que podem ser postas em prática tal como aconteceu na altura da pandemia se assim se justificar. Quanto ao Plano de Poupança Energética, efetivamente o Senhor vereador do Ambiente já está a elaborá-lo e para além de acatar as medidas emanadas pelo Governo, pensamos mesmo poder ir um pouco mais além. Nas freguesias de Rebordosa e Lordelo que têm uma iluminação pública superior às outras, justifica-se que se desliguem alguns postes e assim haja poupança energética a esse nível se bem que neste momento, toda a iluminação pública já é led, portanto a esse nível, já temos uma poupança de energia muito significativa. Quanto à questão dos balcões SNS24, nós demos abertura a todos, mas há freguesias que não têm Espaço do Cidadão e era complicado fazer esta adesão. Quanto aos paredenses sem médico de família, há USF que estão na disposição de receberem mais doentes, aliás, tem havido mais doentes a fixarem-se em Paredes e têm acedido a médico de família, por vezes as pessoas também não fazem nenhum esforço para ter médico de família. Vamos mandar fazer um cartão de vereador para estar identificado sempre que quiser ir a qualquer lado.”

Foi dada a palavra ao vereador Dr. Paulo Silva que esclareceu: “O objetivo é que todas as freguesias adiram o mais breve possível no caso de Gandra que tem Espaço do Cidadão, tem o Centro de Saúde ao lado e tanto quanto nos foi dito pela Junta de Freguesia, há intenção de fazer uma pequena remodelação após o que poderá aderir, é talvez uma questão de alguns dias. A ARS faz uma formação muito rápida e esta questão será rapidamente ultrapassada. Como tínhamos condições para avançar de imediato com estas 14 fizemo-lo e penso que até ao final do ano as restantes irão aderir. Penso que é uma questão de disponibilidade de tempo para que os seus colaboradores tenham formação e há casos como por exemplo o da Junta de Astromil que não tem funcionários e terão que ser os membros do executivo e ainda não se conseguiu encontrar essa janela. Todos os presidentes de junta mostraram disponibilidade e tiveram aqui uma reunião pelo que dentro das possibilidades de cada um, avançamos já.”

O Senhor Presidente da Câmara Municipal retomou a palavra e adiantou: “Quanto à

_____ 97
_____ Kary


questão das refeições escolares, nós tivemos todo o cuidado por forma a que o início das refeições escolares funcionasse da melhor forma possível. Inclusive fomos chamados a fazer obras na cozinha que não nos competiam a nós na Escola Secundária de Paredes porque pertence ao Parque Escolar. Não era pelo facto de terem problemas com os equipamentos da cozinha que nós íamos deixar que as refeições não funcionassem como deve ser. Não sei se o Senhor vereador tem nota de algumas dificuldades que possam existir nas refeições uma vez que este é um serviço contratado a terceiros, mas dê-nos o ponto da situação em relação a isso.”


Foi dada a palavra ao vereador Dr. Paulo Silva que afirmou o seguinte: “Eu presumo que o Senhor vereador se esteja a referir a uma imagem que circulou à hora do almoço no Facebook relativa a Lordelo. Eu tive o cuidado de contactar o responsável da escola que normalmente acompanha as refeições e a quem também fizeram chegar a mesma imagem e ele estava no local a almoçar e não se apercebeu e eu fui alertado pelo vereador Dr. Francisco Leal que também viu a imagem. Segundo informação que obtivemos do Subdiretor da escola, trata-se de um caso pontual, é um aluno que não quer almoçar na escola e que arranjou uma desculpa para que os pais permitissem que ele não almoçasse na escola. Se repararem, a fotografia não trazia a sopa, nem a sobremesa, nem o pão e, portanto, foi uma tentativa do aluno para não comer na escola pelo que me apercebi. Nós temos tido um trabalho com as escolas para fazer esse acompanhamento, há sempre pequenas coisas que é preciso ajustar, nomeadamente a questão do pessoal e até a empresa estabilizar e perceber quantas refeições é que servem foi necessário afinar e tiveram que proceder ao reforço de pessoal. Também temos tido mais alunos a comer nas cantinas das escolas não sei se terá a ver com a mudança se com a situação financeira e isso também obrigou a um reforço e a mudanças por parte das empresas, mas de uma maneira geral o feedback que temos por parte dos agrupamentos para já é positivo. Curiosamente o ano passado houve uma associação de pais, no Centro Escolar da Sobreira, que sem nós termos conhecimento fez um inquérito em que os seus representantes almoçaram na escola com regularidade durante 1 mês, fotografaram os pratos, fizeram um questionário no google box aos alunos do 3º e 4º anos e depois mandaram o questionário para os pais. Curiosamente, 12% dos alunos manifestou insatisfação com as refeições escolares, 80% dos pais diziam mal das refeições escolares,

era só esta a disparidade que existia. É claro que quando se pergunta a alguns alunos o que gostavam de comer eles mencionavam os douradinhos, hamburgers, panados, etc., tudo aquilo que é desaconselhado pela OMS para as crianças. Se quiserem podem conversar com os membros da associação de pais que ainda lá estão, foi-nos também fornecido o questionário e houve mais associações de pais que decidiram dar aquele questionário aos alunos. Nós continuamos a ter uma nutricionista que apesar de estar de licença de maternidade não tem deixado de colaborar dentro da sua disponibilidade e quero aqui fazer esse reconhecimento à Dr^a Cláudia pelo esforço que está a fazer e que não tinha que o fazer, mas sabe desta mudança e tem acompanhado. Não acredito que esteja tudo a funcionar a 100%, infelizmente temos tido algumas surpresas com as escolas que herdamos, nomeadamente com essa escola que nem é da nossa responsabilidade, é da Parque Escolar, mas de imediato o Senhor Presidente disse que íamos ter que resolver o problema porque podíamos ter uma situação ainda mais desagradável. As IPSS também já estavam no terreno e continuam a trabalhar como trabalhavam, estamos atentos e cada caso como foi esse caso que veio a público no Facebook, por coincidência ou não e podem contactar a escola, o Subdiretor estava precisamente a almoçar na altura em que eu o contactei e me relatou os factos. Se é verdade ou se é mentira não sei, mas acredito na palavra do Senhor Subdiretor.”

O Senhor Presidente da Câmara Municipal interveio de novo e afirmou: “Ainda bem que há essas associações de pais que é o nosso garante de que as coisas têm que funcionar bem. Quanto à questão do gabinete e lugares de estacionamento, nós temos um défice muito grande de espaço na Câmara Municipal e até solucionar esse problema não temos espaço para tal. Quando precisarem de fazer algum trabalho, desde que nos informem, poderemos disponibilizar o Salão Nobre ou qualquer espaço se for algum trabalho específico que queiram fazer desde que nos informem quando querem fazer e até quando. Quanto à questão dos lugares de estacionamento, vou dar instruções à Chefe de Gabinete para que sempre que houver reuniões de Câmara, reservem com fitas naquele espaço frontal 2 lugares durante toda a manhã, desde as 08.00 horas até à hora do almoço. Quanto às minas de Castromil na Sobreira, o ponto da situação foi aquele que lhe fizemos anteriormente. A Associação Serras do Porto emitiu um parecer desfavorável, estamos à

espera que seja divulgado o estudo de impacto ambiental para sabermos mais sobre essa exploração. Quanto à questão dos pagamentos, em relação ao advogado, como sabe, os procedimentos de serviços que nós fazemos são procedimentos a esgotar, isto é, nós fizemos um procedimento de 19 mil euros e depois os advogados vão-nos debitando horas a esgotar aquele valor de acordo com os processos que estão a tratar. Quanto à questão do pagamento à Altura Gentil, é a empresa que gere a Quinta do Sol, foram almoços no âmbito do andebol e que foram pagos agora. A questão da Penagráfica prende-se com os catálogos que são feitos quando há eventos e que depois são distribuídos na Biblioteca, nas escolas e a quem visita e felizmente tempos a Casa da Cultura cheia com exposições de pintura. O pagamento ao Paredes Design Hotel tem a ver com estadias de atletas das equipas que participaram no 1º Torneio Internacional de Basquetebol. Quanto aos valores do Espaço do Cidadão, como disse e bem, uma questão foram as obras realizadas no edifício por delegação de competências, outra questão são os equipamentos para o funcionamento do Espaço do Cidadão em si que faziam parte de uma candidatura e que era um valor à parte. Quanto ao valor da Volta a Portugal, foi isso mesmo, 35 mil euros mais IVA, é bom promover o território e com uma Volta a Portugal ainda seria mais interessante uma chegada, mas essas coisas têm custos. A questão do palco de que falou, se acompanhar os pagamentos deve haver vários pagamentos de palcos ou geradores ao longo do ano. Nós temos um palco, mas o palco não se adequa a todos os eventos que nós temos e por isso há necessidade de alugar palcos. Quanto ao merchandising, nós estamos constantemente a necessitar, nós vamos ter no dia 22 de outubro um momento muito importante no âmbito das Jornadas Mundiais da Juventude e posso dizer-lhe que o momento alto dessas jornadas no âmbito da visita ao Distrito do Porto vai ser aqui em Paredes onde vamos ter jovens de todo o Distrito a confraternizarem no Parque da Cidade e mais tarde um outro momento que será no Multiusos de Paredes. Nós vamos oferecer uma régua e um lápis alusivo ao evento para além de que vai haver alguma animação no Parque e depois também no Multiusos e é esse tipo de merchandising que é feito. Quanto ao valor da Irmarfer pode ser, por exemplo, a colocação de lonas e como eu disse, nós pagamos um valor de 10 € por m2 sempre que colocamos lonas e são valores a descontar. Tivemos agora as lonas alusivas ao Festival das Artes em Madeira e ao Futsal e sempre que são colocadas lonas, há um





procedimento de determinado valor a descontar e paga-se de tempos a tempos, não é por cada serviço, há uma conta corrente e vamos pagando. Quanto à compra das 3 viaturas usadas, aqui não há qualquer mudança de paradigma, a questão é que neste momento, comprar viaturas novas no tempo que nós queremos é muito complicado, se quisermos encomendar 3 viaturas novas demoram muito tempo a entregar. Como sabe, nós recebemos a delegação de competências da Saúde, a grande maioria dos domicílios era feita recorrendo a táxis e feitas as contas, o que estávamos a gastar mensalmente em táxis era um valor absurdo. Até determinada altura era o Ministério da Saúde que tinha que se ocupar com isso, mas uma vez delegaram em nós essas competências, entendemos que com a aquisição de 3 viaturas poupávamos muito dinheiro nesse serviço. Portanto, a forma mais rápida de o fazer era comprar viaturas usadas e foi isso que nós fizemos, as viaturas têm um custo de mercado e não há necessidade de recorrer ao eurotax isso é para pessoas mais sofisticadas como o Senhor vereador, nós aqui limitamo-nos a ir aos stands e ver qual o melhor preço e comprar se tivermos dinheiro para o fazer. Quanto à questão do mal-educado, é óbvio que o contexto foi a atitude que estava a ter naquela reunião de Câmara, eu não tenho relacionamento consigo que me permita, por princípio, chamar-lhe mal-educado. O que está na ata foi em relação àquilo que disse e à forma como falou, alguém a quem se reservou um lugar na tribuna, chega tarde e a más horas e depois não aparece estava a ser mal-educado, foi nesse contexto. Nós já percebemos que o Executivo Municipal é composto por 9 elementos, mas tem que entender que há 7 vereadores que têm funções executivas e há 2 que não têm. Não fomos nós que instituímos a forma como está organizado o poder autárquico, que estejam os vereadores com funções e que há outros que não têm. Como deve entender, nós fazemos estas reuniões 2 vezes por mês, mas além destas tenho reuniões com os vereadores com funções, agora, vamos mandar fazer o cartão de vereador. Não sei a que horas é que chegou lá e não me interessa, mas se chegasse antes da hora como eu cheguei via que tinha lá o seu lugar. Mas há outra questão, sempre que houver um evento para o qual sejam convidados os senhores vereadores, quero que no convite esteja mencionado qual é o funcionário municipal que está no local a tratar do assunto para quando os senhores vereadores chegarem lá se dirigirem a esse funcionário para não haver dúvidas quanto a isso. Quanto à questão das Bolsas de Estudo, não sei como pôde ter sido endereçado um convite a um e a outro não,

_____ 97
_____ Kary

sei que estava lá o lugar para o Senhor vereador. Relativamente à questão da Gala do Desporto, já aqui disse que estava lá o lugar reservado para os senhores que estava vazio.”

2 - RESUMO DIÁRIO DA TESOUREARIA - PARA CONHECIMENTO

Foi presente à reunião, para conhecimento, o resumo diário de tesouraria referente ao dia sete de outubro do corrente ano, tendo a Câmara Municipal tomado conhecimento da existência dos seguintes saldos:

OPERAÇÕES ORÇAMENTAIS: um milhão setecentos e quarenta e quatro mil quatrocentos e vinte e seis euros e trinta e quatro cêntimos.

OPERAÇÕES NÃO ORÇAMENTAIS: três milhões quatrocentos e dez mil oitocentos e três euros e sessenta e nove cêntimos.

A CÂMARA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO.

3 - PAGAMENTOS PARA CONHECIMENTO

PAGAMENTOS PARA CONHECIMENTO

Foi presente à reunião, para conhecimento, uma informação proveniente da Divisão de Contabilidade e Finanças, com o número de identificação de processo geral, sessenta e seis mil duzentos e noventa, datada de três de outubro do corrente ano, a remeter ao Executivo Municipal, a relação de pagamentos efetuados no período de doze a trinta de setembro do corrente ano, no montante de três milhões trezentos e dezasseis mil quatrocentos e cinquenta e quatro euros e oitenta e sete cêntimos.

A CÂMARA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO.

97

Kary

4 - MODIFICAÇÃO AO ORÇAMENTO 32ª ALTERAÇÃO ANO 2022 - 28ª ALTERAÇÃO PERMUTATIVA AO ORÇAMENTO DA DESPESA - 27ª ALTERAÇÃO PERMUTATIVA AO P.P.I. ANOS SEGUINTE - 23º ALTERAÇÃO PERMUTATIVA AO PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAIS - PARA CONHECIMENTO

Foi presente à reunião, para conhecimento, a modificação ao orçamento, 32ª alteração ano 2022 - 28ª alteração permutativa ao orçamento da despesa - 27ª alteração permutativa ao P.P.I. anos seguintes - 23º alteração permutativa ao Plano de Atividades Municipais.

O Senhor vereador Ricardo Sousa informou que na documentação enviada nada mais consta do que a respetivo despacho tendo ficado definido que os documentos em faltam iriam ser remetidos.

A CÂMARA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO.

5 - MODIFICAÇÃO AO ORÇAMENTO 33ª ALTERAÇÃO ANO 2022 - 29ª ALTERAÇÃO PERMUTATIVA AO ORÇAMENTO DA DESPESA E ANOS SEGUINTE - 28ª ALTERAÇÃO PERMUTATIVA AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS E ANOS SEGUINTE - 24º ALTERAÇÃO PERMUTATIVA AO PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAIS - PARA CONHECIMENTO

Foi presente à reunião, para conhecimento, a modificação ao orçamento, 33ª alteração ano 2022 - 29ª alteração permutativa ao orçamento da despesa e anos seguintes - 28ª alteração permutativa ao Plano Plurianual de Investimentos e anos seguintes - 24º alteração permutativa ao Plano de Atividades Municipais.

A CÂMARA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO.

6 - PROPOSTA DE APROVAÇÃO DAS CLÁUSULAS CONTRATUAIS RESPEITANTE AOS CONTRATOS DE EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZO PARA PAGAMENTO DO VALOR DA INDEMNIZAÇÃO DETERMINADO NA DECISÃO

ADMINISTRATIVA DE RESGATE DA CONCESSÃO - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião, a Proposta de aprovação das cláusulas contratuais respeitante aos contratos de empréstimo de médio e longo prazo para pagamento do valor da indemnização determinado na decisão administrativa de Resgate da concessão.

Interveio o Senhor Presidente da Câmara Municipal que disse: “Trata-se da minuta para depois, uma vez que este assunto também já foi aprovado em sede de Assembleia Municipal, seguir para o Tribunal de Contas para termos o visto para proceder ao pagamento.”

Pedi a palavra o Senhor vereador Ricardo Sousa que afirmou: “Já foi falado na Assembleia Municipal quanto poderá onerar devido ao constante aumento das taxas de juro. Temos aqui alguma folga para perceber se isso está protegido e qual é a previsibilidade do aumento e do que temos a pagar com esta variação da taxa de juro? Não teria sido melhor ter negociado com uma taxa de juro fixa ou isso não era possível?”

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal que esclareceu: “Como eu disse na Assembleia Municipal, fazer um financiamento neste prazo à taxa de juro fixa, a banca não fazia. De qualquer forma o spread é muito bom, se houver mexidas no indexante é óbvio que o valor vai aumentar, mas nós temos esses cenários todos equacionados e não temos qualquer tipo de problema em solver responsabilidades tendo em conta os vários cenários que equacionamos devido à subida da taxa de juro. Se subir teremos de pôr em causa alguns investimentos que temos para fazer no sentido de solver isto como qualquer particular ou empresa que se tiver mais esse encargo terá de poupar noutras situações.”

Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR MAIORIA, COM SETE VOTOS A FAVOR DO PS E DUAS ABSTENÇÕES DO PSD, APROVAR AS MINUTAS DOS CONTRATOS

DE EMPRÉSTIMO (ANEXO I) DEVIDAMENTE ACOMPANHADAS DAS SIMULAÇÕES DE PLANO DE FINANCIAMENTO E REGISTO DOS COMPROMISSOS FUTUROS (ANEXO IV) RESPEITANTES AO SERVIÇO DA DÍVIDA, DOCUMENTOS INTEGRALMENTE REPRODUZIDOS EM ANEXO À PRESENTE PROPOSTA BEM COMO AS RESPETIVAS CLÁUSULAS CONTRATUAIS COM VISTA À RESPETIVA OUTORGA E REMESSA A RECOLHA DE VISTO PRÉVIO DO TRIBUNAL DE CONTAS.

7 - CONSTRUÇÃO DE EMPREENDIMENTO PARA REALOJAMENTO DA COMUNIDADE CIGANA - DECISÃO DE ADJUDICAÇÃO, RELATÓRIO FINAL E APROVAÇÃO DE MINUTA DE CONTRATO - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião, uma informação proveniente da Divisão de Gestão de Obras Municipais, com o número de identificação de processo geral, trinta e quatro mil duzentos e cinquenta e três, datada de vinte e nove de setembro do corrente ano, relacionada com a construção de empreendimento para realojamento da Comunidade Cigana.

Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal que observou: “Este é o momento em que é feita a adjudicação a quem ganhou o concurso e vai ser agora comunicado para que essa obra ainda possa iniciar-se neste mês.”

Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR MAIORIA, COM SETE VOTOS A FAVOR DO PS E DUAS ABSTENÇÕES DO PSD APROVAR A PROPOSTA DA DECISÃO DE ADJUDICAÇÃO, RELATÓRIO FINAL BEM COMO A MINUTA DO CONTRATO PARA A CONSTRUÇÃO DE EMPREENDIMENTO PARA REALOJAMENTO DA COMUNIDADE CIGANA, NOS PRECISOS TERMOS DA INFORMAÇÃO APRESENTADA.

O Senhor vereador Ricardo Sousa em nome do PSD fez a seguinte declaração de voto:

97

Kary

“Os vereadores do PSD abstiveram-se, não porque não estejam preocupados e é demasiado importante o alojamento da Comunidade Cigana como venho dizendo, mas no seguimento do que foi dito anteriormente, defendia um projeto muito mais abrangente e diferente.”

8 - PEDIDOS DE ISENÇÃO DE TAXAS - PARA RATIFICAÇÃO

Foi presente à reunião, uma informação com o número de identificação de processo geral sessenta e seis mil cento e três, datada de três de outubro do corrente ano, proveniente da Divisão Administrativa - Secção de Expediente, Serviços Gerais e Taxas e Licenças, a remeter ao Executivo Municipal, 03 processos relacionados com pedidos de isenção do pagamento das taxas das licenças inerentes à realização de eventos diversos.

Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE, RATIFICAR OS DESPACHOS DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL QUE ISENTARAM AS ENTIDADES CONSTANTES DA INFORMAÇÃO APRESENTADA, DO PAGAMENTO DE TODAS AS TAXAS DAS LICENÇAS INERENTES À REALIZAÇÃO DE EVENTOS DIVERSOS.

9 - RECONHECIMENTO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL DA OBRA DESTINADA A CENTRO HÍPICO EM VILELA- PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião, um despacho proveniente do Pelouro do Planeamento e Urbanismo, Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística datado de trinta de setembro do corrente ano, relacionado com o pedido de reconhecimento de Interesse Público Municipal da obra destinada a Centro Hípico em Vilela.

Pedi a palavra o Senhor vereador Ricardo Sousa que disse o seguinte: “Todos os investimentos são úteis, nós estamos a votar um documento em que há um terreno para

fins agrícolas. Isto é um centro hípico, mas os fins é para haver competição, qual é o desenvolvimento e a preparação à posteriori?

Interveio o Senhor Presidente da Câmara Municipal que esclareceu: “O que eu lhe posso dizer é que neste momento, o promotor quer passar a ter cavalos naquele terreno agrícola para ter uma escola de equitação. Se no futuro tiver outros desenvolvimentos, isso é com o privado, mas para já é uma escola de equitação.”

Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE PROPOR À ASSEMBLEIA MUNICIPAL O RECONHECIMENTO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL DA OBRA DESTINADA A CENTRO HÍPICO/ESCOLA DE EQUITAÇÃO NA FREGUESIA DE VILELA EM QUE É REQUERENTE - CARLOS ARMANDO MACHADO LEÃO - PROC.º 327/22G.

10 - RECONHECIMENTO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL - CANDIDATURA Nº 03/C03-I01/2022-PRR - HABITAÇÃO COLABORATIVA - ANTIGA ESCOLA DA MADALENA - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião, uma informação proveniente da Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística, datada de três de outubro do corrente ano, relacionada com o pedido de reconhecimento de Interesse Público Municipal.

A vereadora Dr^a Beatriz Meireles não participou na discussão e votação do presente assunto.

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal que salientou: “O que está aqui em causa é uma candidatura que a Misericórdia quer levar a cabo na antiga escola da Madalena para ter habitação colaborativa, habitação que poderá ser a custos acessíveis e habitação social. É importante para a candidatura que haja o reconhecimento de interesse

público Municipal e sabendo nós da necessidade que temos de habitação social, tomáramos nós que outras entidades tivessem projetos destes.”

Pedi a palavra o Senhor vereador Ricardo Sousa que referiu: “Isto depois sai da nossa responsabilidade, qual é o fim? Não é esclarecedor nas habitações colaborativas, pode ter vários fins e não só, pode ter como fim a venda ou um arrendamento normal ou pode ser para habitação social ou habitações temporárias. Queria perguntar se foi salvaguardada com a Santa Casa da Misericórdia de Paredes uma posição de pelo menos parte do que vai ser edificado seja efetivamente para habitação social ou para habitação temporária? Há aqui algum compromisso com o Município? Isto é património deles, gerem como entenderem e estão a aproveitar os programas que existem para investimento, nós estamos a falar de muitas habitações que se forem vendidas depois no mercado normal, é um direito que lhes assiste porque o programa não condiciona, não resolveria parte da habitação social. Há aqui algum protocolo pré-estabelecido com o Município em que parte desta habitação seja para habitação social, ou para ser vendida a custos controlados, ou para jovens, ou se há aqui 2 ou 3 casas para situações de apoio a vítimas num momento de extrema necessidade? Há aqui várias questões, eu não sei se isto foi salvaguardado ou não, ou se foi conversado.”

Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal que disse o seguinte: “O interesse público Municipal advém do facto de ser para habitação social e uma vez que tem uma candidatura, durante determinado período de tempo não pode vender. Agora, à posteriori, quem doou esse património à Santa Casa da Misericórdia devia ter pensado nisso. Eu também não estou a ver no escopo da Misericórdia ter uma atividade imobiliária, isto é uma atividade social.”

Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE PROPOR À ASSEMBLEIA MUNICIPAL O RECONHECIMENTO DO PROJETO COMO EMPREENDIMENTO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL - CANDIDATURA Nº 03/C03-I01/2022 -

97

Kary

HABITAÇÃO COLABORATIVA - ANTIGA ESCOLA DA MADALENA, PARA OS EFEITOS DISPOSTOS NO ARTIGO 84º DO PUCP.

O Senhor vereador Ricardo Sousa em nome do PSD fez a seguinte declaração de voto: “Os vereadores do PSD votaram a favor por entenderem que toda a habitação com cariz social é útil e importante, mas acreditando e esperando que, por aquilo que foi dito, no futuro, seja salvaguardado sempre esse interesse e que o fim seja precisamente ajudar aqueles que se encontrem em maiores dificuldades.”

11 - DECLARAÇÃO DE CADUCIDADE DO PROCESSO Nº 980/99P, EM NOME DE SILVIA MARIA RIBEIRO BARBOSA E OUTROS - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião, um despacho proveniente do Pelouro do Planeamento e Urbanismo, Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística, datado de dezanove de setembro do corrente ano, a remeter ao Executivo Municipal, o processo número 980/99P, em nome de Sílvia Maria Ribeiro Barbosa e Outros, para que seja declarada a sua caducidade.

Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, DECLARAR A CADUCIDADE DO PROCESSO 980/99P, EM NOME DE SÍLVIA MARIA RIBEIRO BARBOSA E OUTROS, NOS TERMOS E FUNDAMENTOS CONSTANTES DO PARECER QUE SUPORTA A PRESENTE DECISÃO.

12 - PEDIDO DE ISENÇÃO DA TAXA MUNICIPAL PELA EMISSÃO DA LICENÇA DE CONSTRUÇÃO, EM QUE É REQUERENTE EMAUS - ASSOCIAÇÃO DE APOIO AO DEFICIENTE MENTAL - PARA RATIFICAÇÃO

Foi presente à reunião, um despacho proveniente do Pelouro do Planeamento e Urbanismo, Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística, datado de vinte e nove de

97

Kary

setembro do corrente ano, relacionada com o pedido de isenção do pagamento da taxa municipal pela emissão da licença de construção em que é requerente a Associação EMAÚS - Associação de Apoio ao Deficiente Mental.

Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal que afirmou: “Finalmente o EMAÚS tem todo o processo instruído e com a aprovação da Segurança Social para fazer obras em Baltar, por forma a que o mais rapidamente possível nos liberte o espaço em Paredes para nós acabarmos as obras que lá estamos a fazer. Não vai pagar pela licença de construção porque as IPSS e as instituições de utilidade pública estão isentas do pagamento da licença de construção.”

Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, RATIFICAR O DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DATADO DE QUATRO DE OUTUBRO DO CORRENTE ANO, QUE ISENTOU A ASSOCIAÇÃO EMAÚS - ASSOCIAÇÃO DE APOIO AO DEFICIENTE MENTAL, DO PAGAMENTO DA TAXA MUNICIPAL PELA EMISSÃO DA LICENÇA DE CONSTRUÇÃO - PROC.º 272/18LI.

13 - PEDIDOS DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DA TRSU POR DIFICULDADES ECONÓMICAS - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião uma informação proveniente do Pelouro do Ambiente, Divisão do Ambiente, com o número de identificação do processo geral sessenta e seis mil duzentos e quarenta e seis, datada de três de outubro do corrente ano, a remeter ao Executivo Municipal, 6 processos de isenção do pagamento da tarifa de resíduos sólidos urbanos por dificuldades económicas, ao abrigo do artigo 66º do Regulamento Municipal de Taxas e Preços Municipais, objeto de parecer técnico favorável pelo Pelouro da Ação Social, bem como a anulação das dívidas existentes em todas as situações que a mesma informação prevê e ainda a listagem de requerimentos cujo parecer técnico foi desfavorável.

97

Kary

Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE, APROVAR, NOS TERMOS E FUNDAMENTOS CONSTANTES DOS RELATÓRIOS SOCIAIS E AO ABRIGO DO ARTIGO 66º DO REGULAMENTO MUNICIPAL DE TAXAS E PREÇOS MUNICIPAIS A ISENÇÃO DO PAGAMENTO DA TARIFA DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS, BEM COMO A ANULAÇÃO DA DÍVIDA EXISTENTE, EM TODAS AS SITUAÇÕES PREVISTAS NA INFORMAÇÃO APRESENTADA. MAIS DELIBERA A NÃO ATRIBUIÇÃO DA ISENÇÃO AOS 5 PROCESSOS OBJETO DE PARECER TÉCNICO DESFAVORÁVEL CONSTANTES DA MESMA INFORMAÇÃO.

14 - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE BALTAR - PARA REMODELAÇÃO PLATAFORMA HELIPORTO DE BALTAR - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião uma informação proveniente do Pelouro da Proteção Civil, com o número de identificação do processo geral sessenta e seis mil cento e oitenta e dois, datada de três de outubro do corrente ano, a propor ao Executivo Municipal a atribuição de um subsídio à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Baltar.

O vereador Dr. Renato Almeida não participou na discussão e votação do presente assunto.

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal que disse: "Trata-se de um apoio para alterar toda a sinalização que tem o heliporto, eles estão em fase de licenciamento para qualquer tipo de operações e para tal têm que apagar as marcações que lá estão e fazer novas."

Colocado o assunto a votação,

97

Kary

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE, APROVAR A ATRIBUIÇÃO DE UM SUBSÍDIO NO VALOR DE € 10.101,38 À ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE BALTAR PARA CUSTEAR DESPESAS COM A REMODELAÇÃO DA SINALIZAÇÃO DA PLATAFORMA DE ATERRAGEM E DESCOLAGEM DO HELIPORTO DE BALTAR.

15 - PROPOSTA DE CELEBRAÇÃO DE PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO E A ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE LORDELO - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião uma informação proveniente do Pelouro de Ação Social, com o número de identificação do processo geral setenta mil cento e noventa nove, datada de três de outubro do corrente ano, a remeter ao Executivo Municipal a minuta de protocolo de colaboração entre o Município de Paredes e a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Lordelo.

O vereador Dr. Francisco Leal não participou na discussão e votação do presente assunto.

Interveio o Senhor Presidente da Câmara Municipal que adiantou: “Isto tem a ver com o que nós pagámos pelo transporte de crianças para a AJA.”

Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE, APROVAR A MINUTA DE PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE PAREDES E A ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE LORDELO, A QUAL FOI PREVIAMENTE REMETIDA A TODOS OS MEMBROS DO EXECUTIVO MUNICIPAL.

16 - PEDIDO DE APOIO PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAÇÃO NO ÂMBITO DO PROGRAMA PAREDES SOCIAL E AO ABRIGO DO REGULAMENTO MUNICIPAL

97

Kary

PARA ATRIBUIÇÃO DE APOIOS SOCIAIS - NIPG Nº 52319/22 - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião, uma informação proveniente do Pelouro de Ação Social, com o número de identificação de processo geral, cinquenta e dois mil trezentos e dezanove, datada de dezasseis de setembro do corrente ano, a remeter ao Executivo Municipal, o relatório social e respetivo parecer técnico referente ao pedido de apoio económico para aquisição de medicação.

Pediu a palavra o Senhor vereador Ricardo Sousa que referiu: “Já antes pedimos e disseram-nos que iam averiguar, gostávamos de ter acesso à listagem de todos os pedidos que entram no Município para, à posteriori, termos também a perceção da triagem que vai sendo feita.”

Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE, APROVAR NOS TERMOS E FUNDAMENTOS DO RELATÓRIO SOCIAL E AO ABRIGO DO ARTIGO 12º DO REGULAMENTO MUNICIPAL PARA ATRIBUIÇÃO DE APOIOS SOCIAIS, O PEDIDO DE APOIO ECONÓMICO PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAÇÃO - NIPG: 52319/22.

17 - PEDIDO DE APOIO PONTUAL EM SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA NO ÂMBITO DO PROGRAMA PAREDES SOCIAL E AO ABRIGO DO REGULAMENTO MUNICIPAL PARA ATRIBUIÇÃO DE APOIOS SOCIAIS - NIPG Nº 58195/22 - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião, uma informação proveniente do Pelouro de Ação Social, com o número de identificação de processo geral, cinquenta e oito mil cento e noventa e cinco, datada de vinte de setembro do corrente ano, a remeter ao Executivo Municipal o relatório social e respetivo parecer técnico, referente ao pedido de apoio económico

97

Kary

pontual de caráter urgente e excecional.

Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE, APROVAR NOS TERMOS E FUNDAMENTOS DO RELATÓRIO SOCIAL E AO ABRIGO DO ARTIGO 23º, DO REGULAMENTO MUNICIPAL PARA ATRIBUIÇÃO DE APOIOS SOCIAIS, O PEDIDO DE APOIO ECONÓMICO PONTUAL DE CARÁTER URGENTE E EXCECIONAL - NIPG 58195/22.

18 - PEDIDO DE APOIO PONTUAL EM SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA NO ÂMBITO DO PROGRAMA PAREDES SOCIAL E AO ABRIGO DO REGULAMENTO MUNICIPAL PARA ATRIBUIÇÃO DE APOIOS SOCIAIS - NIPG Nº 59345/22 - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião, uma informação proveniente do Pelouro de Ação Social, com o número de identificação de processo geral, cinquenta e nove mil trezentos e quarenta e cinco, datada de quinze de setembro do corrente ano, a remeter ao Executivo Municipal o relatório social e respetivo parecer técnico, referente ao pedido de apoio económico pontual de caráter urgente e excecional.

Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE, APROVAR NOS TERMOS E FUNDAMENTOS DO RELATÓRIO SOCIAL E AO ABRIGO DO ARTIGO 23º, DO REGULAMENTO MUNICIPAL PARA ATRIBUIÇÃO DE APOIOS SOCIAIS, O PEDIDO DE APOIO ECONÓMICO PONTUAL DE CARÁTER URGENTE E EXCECIONAL - NIPG 59345/22.

19 - PEDIDO DE APOIO PONTUAL EM SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA NO ÂMBITO DO PROGRAMA PAREDES SOCIAL E AO ABRIGO DO REGULAMENTO MUNICIPAL

97

Kary

PARA ATRIBUIÇÃO DE APOIOS SOCIAIS - NIPG Nº 62815/22 - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião, uma informação proveniente do Pelouro de Ação Social, com o número de identificação de processo geral, sessenta e dois mil oitocentos e quinze, datada de vinte e um de setembro do corrente ano, a remeter ao Executivo Municipal o relatório social e respetivo parecer técnico, referente ao pedido de apoio económico pontual de carácter urgente e excecional.

Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE, APROVAR NOS TERMOS E FUNDAMENTOS DO RELATÓRIO SOCIAL E AO ABRIGO DO ARTIGO 23º, DO REGULAMENTO MUNICIPAL PARA ATRIBUIÇÃO DE APOIOS SOCIAIS, O PEDIDO DE APOIO ECONÓMICO PONTUAL DE CARÁTER URGENTE E EXCECIONAL - NIPG 62815/22.

20 - PEDIDO DE APOIO PONTUAL EM SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA NO ÂMBITO DO PROGRAMA PAREDES SOCIAL E AO ABRIGO DO REGULAMENTO MUNICIPAL PARA ATRIBUIÇÃO DE APOIOS SOCIAIS - NIPG Nº 64039/22 - PARA RATIFICAÇÃO

Foi presente à reunião, uma informação proveniente do Pelouro de Ação Social, com o número de identificação de processo geral, sessenta e quatro mil e trinta e nove, datada de vinte e seis de setembro do corrente ano, a remeter ao Executivo Municipal o relatório social e respetivo parecer técnico, referente ao pedido de apoio económico pontual de carácter urgente e excecional.

Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE, RATIFIAR O DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL QUE, NOS TERMOS E

_____ 97
_____ Kary

FUNDAMENTOS DO RELATÓRIO SOCIAL E AO ABRIGO DO ARTIGO 23º, DO REGULAMENTO MUNICIPAL PARA ATRIBUIÇÃO DE APOIOS SOCIAIS, DEFERIU O PEDIDO DE APOIO ECONÓMICO PONTUAL DE CARÁTER URGENTE E EXCECIONAL - NIPG 64039/22.

21 - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL DA FREGUESIA DE S. MIGUEL DE REBORDOSA PARA APOIO NAS DESPESAS COM A IMAGEM PEREGRINA DA NOSSA SENHORA DE FÁTIMA - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião, um requerimento proveniente da Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de S. Miguel de Rebordosa, datado de trinta de setembro do corrente ano, a solicitar a atribuição de um subsídio para custear despesas relacionadas com a visita da Imagem Peregrina de Nossa Senhora de Fátima às paróquias do Concelho.

Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE, APROVAR A ATRIBUIÇÃO DE UM SUBSÍDIO À FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL DA FREGUESIA DE S. MIGUEL DE REBORDOSA NO VALOR DE € 2.976 PARA CUSTEAR DESPESAS RELACIONADAS COM A VISITA DA IMAGEM PEREGRINA DE NOSSA SENHORA DE FÁTIMA ÀS PAROQUIAS DO CONCELHO.

22 - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO AO FUTEBOL CLUBE DE CÊTE - OBRAS DE REABILITAÇÃO DO POLIDESPORTIVO DE CÊTE - CONTRATO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião, uma informação proveniente da Unidade de Gestão de Pavilhões e Promoção da Atividade Física e da Saúde, com o número de identificação de processo geral, sessenta e seis mil duzentos e quarenta e um, datada de três de outubro do corrente ano, a propor ao Executivo Municipal a atribuição de apoio financeiro ao Futebol Clube

de Cete, para obras de reabilitação no polidesportivo de Cete.

Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal que salientou: “Eles apresentaram uma candidatura ao IPDJ para a realização de obras no Polidesportivo de Cete e este valor diz respeito à parte não participada e que nós estamos a apoiar. O valor que o IPDJ pagava não era suficiente para as obras de reabilitação daquele espaço para o dotar de condições para a prática desportiva.”

Pedi a palavra o Senhor vereador Ricardo Sousa que adiantou: “O Polidesportivo é da Junta de Freguesia, pergunto se está devidamente protocolado com o Futebol Clube de Cete?”

O senhor Presidente da Câmara Municipal respondeu afirmativamente, pois que, de outra forma não poderia haver a candidatura.

Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE, APROVAR A ATRIBUIÇÃO DE UM SUBSÍDIO AO FUTEBOL CLUBE DE CETE NO VALOR DE € 28.012,27, NOS TERMOS DA MINUTA DO CONTRATO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO, A QUAL FOI PREVIAMENTE REMETIDA A TODOS OS MEMBROS DO EXECUTIVO MUNICIPAL.

23 - ATRIBUIÇÃO DE APOIO À ASSOCIAÇÃO DE CICLISMO NRV PARA A REALIZAÇÃO DO 1º PRÉMIO CÂNDIDO BARBOSA - CONTRATO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião, uma informação proveniente da Unidade de Gestão de Pavilhões e Promoção da Atividade Física e Saúde, com o número de identificação de processo geral, sessenta e seis mil cento e cinquenta e seis, datada de quatro de outubro do corrente ano, a propor ao Executivo Municipal a atribuição de apoio financeiro à Associação de

Ciclismo NRV - 1º Prémio Cândido Barbosa.

Interveio o Senhor Presidente da Câmara Municipal que salientou: “A sinónimo de um grande prémio que já houve em Paredes, foi feito o 1º Grande Prémio Cândido Barbosa pelo facto de ter sido em Rebordosa e foi dado um subsídio para a realização dessa prova.”

Pedi a palavra o Senhor vereador Ricardo Sousa que disse o seguinte: “Nada contra a prova, antes pelo contrário e mesmo a designação, se calhar já merecia mais protagonismo no Concelho porque levou longe, bem alto e durante muito tempo o nome do Concelho e é um nome sobejamente conhecido do ciclismo nacional. Continua a ter um índice de popularidade muito grande e merece que esta prova se prolongue por muitos anos, mas o apoio é à Associação de ciclismo NRV, já não é Nuno Ribeiro e Vinhas. Apesar da estima pessoal que tenho pelas duas pessoas, um deles já tem uma condenação de suspensão da prática de desporto e é precisamente ele o Presidente da Associação. O Senhor Presidente disse que já estava a ser tratado para que brevemente o nome da associação passasse a ser Associação de Ciclismo de Paredes. Aqui aparece Associação de Ciclismo NRV, eu presumo que seja as iniciais Nuno Ribeiro e Rui Vinhas até porque o Presidente que assina o protocolo é o Rui Vinhas que é um ciclista sobejamente conhecido de Sobrado e que ganhou uma volta a Portugal. Tem o problema de provavelmente não poder correr nos próximos 3 anos e no contrato-programa volta a constar a cláusula 6ª, *combate à violência, à dopagem, à corrupção, ao racismo, à xenofobia e todas as formas de discriminação associadas ao desporto*. A pessoa que assinou este contrato como Presidente da Associação NRV foi suspenso há dias por uma questão de dopagem e a 6ª cláusula deste contrato-programa que a Câmara assina e o Senhor Presidente representa os paredenses, eu não quero que esta metáfora soe mal, mas isto é a mesma coisa que dizer ao ladrão que vai tomar conta do dinheiro e que se o dinheiro desaparecer é logo culpado. Há 2 meses o Senhor Presidente disse-nos que estava a tratar disto e que o nome ia mudar, eu não ponho em causa que estas pessoas estejam envolvidas no projeto, têm o saber acumulado para a formação das crianças que querem praticar desporto nas escolas e particularmente o ciclismo e que podem aprender com eles. O que eu pergunto é

se estes têm que ser o rosto que assinam, protocolam e tenham que estar à frente na fotografia que curiosamente desta vez nem houve? Não consigo perceber porquê NRV, quando apelamos para estas situações é por uma questão de bom senso e percebermos todos o que estamos a fazer e se calhar até para proteger as pessoas em causa e a 6ª cláusula diz tudo. Para as crianças que participam numa prova é fantástico e é um momento alto, mas nós temos é que salvaguardar a imagem do Município e separar o evento, a homenagem ao Cândido Barbosa do resto. Não podemos conceber como é que estamos a acionar um contrato-programa em que a 6ª cláusula refere o combate à antidopagem e que está como Presidente da Associação é um ciclista que foi suspenso agora por problemas com doping. Temos que ser coerentes neste processo, nós vamos votar a favor porque a prova já decorreu, mas isto não faz sentido nenhum.”

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal que afirmou: “Nós seríamos irresponsáveis se a cláusula 6ª não constasse do contrato-programa e se as duas pessoas que referiu tivessem sido suspensas da prática desta atividade que estão a desenvolver é óbvio que não faríamos contrato com eles. Eles foram suspensos de praticar ciclismo profissional e isto nada tem a ver com ciclismo profissional e se o Senhor quiser fundar uma associação para fazer o que estes senhores fazem com os atletas diga-nos que nós podemos estar dispostos a apoiar. Agora, se há 2 pessoas que vivem no mundo do ciclismo, que se dispõem a andar com os filhos dos outros aos sábados e domingos a fazê-los praticar ciclismo, não é pelo facto de na sua vida profissional terem sido suspensos da prática de ciclismo profissional da qual ainda podem recorrer, que os impede de ter iniciativas ao nível do desporto de formação. Para mim isso não constitui qualquer tipo de obstáculo, o nome da Associação já podia ter mudado para Clube de Ciclismo de Paredes, mas o nome não é tudo, o importante é a estrutura que lá está. Não são só eles que estão com as crianças, tenho perfeita confiança em quem pratica, inclusive os filhos de uma dessas pessoas praticam ciclismo. Portanto, estou completamente à vontade com a forma como estão a fazer com que estas crianças evoluam neste desporto, é a melhor possível e daí não ver qualquer tipo de problema.”

Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE, APROVAR A ATRIBUIÇÃO DE UM SUBSÍDIO À ASSOCIAÇÃO DE CICLISMO NRV NO VALOR DE € 5.000, NOS TERMOS DA MINUTA DO CONTRATO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO, A QUAL FOI PREVIAMENTE REMETIDA A TODOS OS MEMBROS DO EXECUTIVO MUNICIPAL.

O Senhor vereador Ricardo Sousa em nome do PSD fez a seguinte declaração de voto: “Os vereadores do PSD votaram a favor da prova em si porque é meritória e porque o homenageado também merece e com toda a certeza merece ainda mais pelos seus feitos no ciclismo. No entanto, não deixamos de constar e considerar que as pessoas que estão a liderar a Associação independentemente de participarem no projeto, devem participar e trazer a sua experiência, porém não deviam ser elas a liderar, até para sua proteção no projeto.”

24 - ATRIBUIÇÃO DE APOIO AO UNIÃO SPORT CLUBE DE PAREDES PARA A REALIZAÇÃO DO TORNEIO DE APRESENTAÇÃO DO HÓQUEI DO USCP - CONTRATO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO APOIO

Foi presente à reunião, uma informação proveniente da Unidade de Gestão de Pavilhões e Promoção da Atividade Física e Saúde, com o número de identificação de processo geral, sessenta e cinco mil novecentos e cinquenta, datada de três de outubro do corrente ano, a propor ao Executivo Municipal a atribuição de apoio financeiro ao União Sport Clube de Paredes, no âmbito da realização do Torneio de Apresentação do Hóquei do USCP.

Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE, APROVAR A ATRIBUIÇÃO DE UM SUBSÍDIO AO UNIÃO SPORT CLUBE DE PAREDES NO VALOR DE € 500, NOS TERMOS DA MINUTA DO CONTRATO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO, A QUAL FOI PREVIAMENTE REMETIDA A

97

Kary

TODOS OS MEMBROS DO EXECUTIVO MUNICIPAL.

25 - ATRIBUIÇÃO DE APOIO À CASA DO POVO DA SOBREIRA PARA O ESPETÁCULO DE PATINAGEM - ENCANTO EM PATINS - CONTRATO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião, uma informação proveniente da Unidade de Gestão de Pavilhões e Promoção da Atividade Física e Saúde, com o número de identificação de processo geral, sessenta e cinco mil novecentos e cinquenta e um, datada de três de outubro do corrente ano, a propor ao Executivo Municipal a atribuição de apoio financeiro à Casa do Povo da Sobreira, para a realização do espetáculo de patinagem “Encanto em Patins”.

Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE, APROVAR A ATRIBUIÇÃO DE UM SUBSÍDIO À CASA DO POVO DA SOBREIRA NO VALOR DE € 2.400, NOS TERMOS DA MINUTA DO CONTRATO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO, A QUAL FOI PREVIAMENTE REMETIDA A TODOS OS MEMBROS DO EXECUTIVO MUNICIPAL.

26 - ATRIBUIÇÃO DE APOIO À FEDERAÇÃO DE ANDEBOL DE PORTUGAL PARA O APOIO AO PLAY OFF DE ACESSO AO CAMPEONATO DO MUNDO ANDEBOL - PORTUGAL X ARZEBEIJÃO - CONTRATO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião, uma informação proveniente da Unidade de Gestão de Pavilhões e Promoção da Atividade Física e Saúde, com o número de identificação de processo geral, sessenta e seis mil duzentos e cinquenta e quatro, datada de três de outubro do corrente ano, a propor ao Executivo Municipal a atribuição de apoio financeiro à Federação de Andebol de Portugal.

Foi dada a palavra ao Senhor vereador Ricardo Sousa que salientou: “De facto, são todas excelentes iniciativas, o problema de algumas delas é que têm custos e as nossas associações também fazem excelentes trabalhos pelo Concelho e também têm custos. Às vezes olho para o paralelismo do que se dá a estas excelentes iniciativas e o que se dá às nossas associações e ficamos muito aquém daquilo que se lhes dá comparativamente a estas iniciativas. Pergunto se isto já não estava envolvido naquele contrato-programa que foi feito e pago em julho à Federação de Andebol de Portugal no valor de 16 mil euros? Nós demos em julho 16 mil euros e agora damos mais 5 mil euros, quase que somos solidários com muitas federações em Portugal, à de hóquei em patins é às centenas de milhar e aqui já vamos em 21 mil euros em 4 meses. As associações do Concelho que às vezes têm 200/300 atletas a praticar desporto têm acesso a parques apoios atendendo às dificuldades que têm. Este apoio vai ficar por aqui, são só os 5 mil euros ou depois também tem custos com hotel, alimentação, logística, promoção, outdoors? Isto porque nós ouvimos muitas vezes dizer que fica por aqui e depois vem uma conta de hotel de alguns em alguns meses de quase 20 mil euros e nós sabemos perfeitamente porquê que nunca chega aos 20 mil euros. Depois temos o custo das lonas e isto devia ser um intercâmbio de apoio com outras associações que tivessem iniciativas como os jogos mais importantes dos vários clubes do Concelho para os ajudar a angariar receitas e isso não vemos.”

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal que disse o seguinte: “Aquilo que eu lhe posso dizer é que para a realização deste torneio o que vamos ter que pagar à Federação são os 5 mil euros. Agora, vamos ter que colocar lonas para as pessoas saberem que vai haver este evento e vamos ter que pagar isso.”

Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE, APROVAR A ATRIBUIÇÃO DE UM SUBSÍDIO À FEDERAÇÃO DE ANDEBOL DE PORTUGAL NO VALOR DE € 5.000, NOS TERMOS DA MINUTA DO CONTRATO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO, A QUAL FOI PREVIAMENTE REMETIDA A

TODOS OS MEMBROS DO EXECUTIVO MUNICIPAL.

O Senhor vereador Ricardo Sousa em nome do PSD fez a seguinte declaração de voto:
“Os vereadores do PSD votaram a favor, no entanto, está extremamente preocupado com os custos que estas iniciativas têm para o Município e apelávamos à contenção de custos.”

27 - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À CASA DO POVO DE BITARÃES PARA ESTUDO GEOTÉCNICO EM TERRENO - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião uma Proposta proveniente da Divisão de Conservação e Administração Direta, a propor ao Executivo Municipal a atribuição de um subsídio à Casa do Povo de Bitarães para custear despesas com o estudo geotécnico de terreno.

Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal que esclareceu: “Isto prende-se com as candidaturas que foram apresentadas e que nós patrocinamos desde o primeiro momento, no caso da Casa do Povo de Bitarães é para a realização do novo lar de idosos e nós vamos suportar a parte que não é financiada por fundos comunitários. Há necessidade de fazer o estudo geotécnico e é isso que está aqui em causa.”

Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE, APROVAR A ATRIBUIÇÃO DE UM SUBSÍDIO À CASA DO POVO DE BITARÃES NO VALOR DE € 4.696,14, PARA CUSTEAR DESPESAS COM O ESTUDO GEOTÉCNICO DO TERRENO PARA A CONSTRUÇÃO DE UM NOVO EDIFÍCIO DESTINADO A ERPI E SAD CONFORME PROPOSTO.

28 - PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DE VILELA - PARA A REALIZAÇÃO DE ESTUDO GEOTÉCNICO - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

97

Kary

Foi presente à reunião uma Proposta proveniente da Divisão de Conservação e Administração Direta, a propor ao Executivo Municipal a atribuição de um subsídio à Associação para o Desenvolvimento de Vilela para custear despesas com o estudo geotécnico de terreno.

Foi dada a palavra ao Senhor vereador Ricardo Sousa que referiu: “Por um lado ficamos contentes com as excelentes relações com as associações que estão a preparar estes dossiers porque o valor é exatamente o mesmo e isso é salutar. A empresa é a mesma e se o projeto está no terreno obviamente terá que ser apoiado para chegar a bom porto, estamos é preocupados em que isto seja abrangente porque tem a ver com o programa PARES, para que incentivemos todas as instituições a atingir os seus objetivos com este investimento.”

Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE, APROVAR A ATRIBUIÇÃO DE UM SUBSÍDIO À CASA DO POVO DE BITARÃES NO VALOR DE € 4.696,14, PARA CUSTEAR DESPESAS COM O ESTUDO GEOTÉCNICO DO TERRENO PARA A CONSTRUÇÃO DE UM NOVO EDIFÍCIO DESTINADO A CENTRO DE DIA CONFORME PROPOSTO.

29 - SINALIZACAO VERTICAL NA RUA DE RAMOS, RUA DA NORA E RUA DA FONTE, E SINALIZACAO VERTICAL E HORIZONTAL NA AVENIDA D MANUEL I, NO PARQUE INTERIOR JUNTO À ROTUNDA DA FAMILIA, NA FREGUESIA DE BALTAR - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião, uma informação proveniente da Divisão de Conservação e Administração Direta, com o número de identificação de processo geral, quarenta e cinco mil trezentos e sessenta e quatro, datada de oito de julho do corrente ano, a remeter as partes escritas e desenhadas relativas à proposta de colocação de sinalização vertical na Rua de Ramos, Rua da Nora e Rua da Fonte e sinalização vertical e horizontal na Avenida

D. Manuel I, no parque interior junto à Rotunda da Família, na freguesia de Baltar.

Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE, APROVAR AS PARTES ESCRITAS E DESENHADAS RELATIVAS À PROPOSTA DE COLOCAÇÃO DE SINALIZAÇÃO VERTICAL NA RUA DE RAMOS, RUA DA NORA E RUA DA FONTE E SINALIZAÇÃO VERTICAL E HORIZONTAL NA AVENIDA D. MANUEL I, NO PARQUE INTERIOR JUNTO À ROTUNDA DA FAMÍLIA, NA FREGUESIA DE BALTAR, NOS TERMOS PROPOSTOS. MAIS FOI DELIBERADO, COM A MESMA VOTAÇÃO, REMETER O PRESENTE ASSUNTO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA DELIBERAÇÃO DAQUELE ÓRGÃO.

30 - INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Encerrada a ordem de trabalhos foi dado, de imediato, cumprimento ao disposto no artigo quadragésimo nono da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, não se tendo verificado quaisquer pedidos de intervenção.

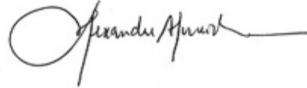
E nada mais havendo a tratar, foi elaborada a ata da presente reunião, cuja minuta já havia sido aprovada e que, depois de lida, foi submetida à aprovação do Executivo, sendo aprovada por unanimidade.

Sendo onze horas e cinquenta e cinco minutos, pelo Senhor Presidente, foi declarada encerrada a presente reunião.

E eu, Verónica de Brito Castro, Licenciada e Chefe de Divisão Administrativa, redigi e, juntamente com o Senhor Presidente da Câmara Municipal, subscrevi a presente ata, a qual se encontra fiel ao que de relevante se passou na mesma reunião.

_____ 97

_____ Jary



Alexandre Almeida, Dr.

